

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	112.922	116.270	114.768	155.085	154.882	128.463	122.988	126.991	126.865	129.100	220.096	190.839	1.699.269	-
----------------------------------------------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	---------	-----------	---

R\$1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	36.722.105.248,87	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	13.279.582,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16º, da CF) (VI)	10.922.392,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	36.697.903.274,87	
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)</b>	<b>1.699.268.764,76</b>	<b>4,63</b>
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	2.201.874.196,49	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.091.780.486,67	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.981.686.776,84	5,40

**FONTE:** Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade - Recife, 25/01/2023.

**Nota1.** Deduzido da despesa bruta com Pessoal Ativo, o valor referente ao pessoal cedido a outros órgãos, no montante de R\$ 2.633.028,20 (jan/22 a dez/22), sendo R\$ 2.082.944,20 de Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis e R\$ 550.084,00 de Obrigações Patronais, conforme previsto no MDF da Secretaria do Tesouro Nacional. Para tanto, o critério adotado foi considerar o valor da despesa por competência, que compreende o valor a receber e recebido a título de ressarcimento.

**Nota2.** Em razão do Acórdão TC nº 355/18 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, os valores abaixo discriminados que possuem natureza indenizatória classificados no Grupo 1-Pessoal e Encargos Sociais, não foram considerados na apuração da Despesa Bruta com Pessoal de que trata o artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Licença-prêmio em pecúnia	R\$ 3.260.524,32
Férias indenizadas	R\$ 10.273.079,24
<b>TOTAL DA EXCLUSÃO</b>	<b>R\$ 13.533.603,56</b>

Tendo em vista ainda o disposto no Acórdão 1553/2021 do TCE/PE, que considerou a despesa com o terço constitucional de férias como verba remuneratória, a referida verba foi inserida na despesa anual do pessoal. Em relação a férias indenizadas, contempla pagamento referente a acerto de contas, entre outros, de servidores, bem como abono pecuniário de férias pago a magistrados.

**Nota3 .** O montante das contribuições previdenciárias ao RPPS no período de jan/22 a dez/22 foi superavitário em relação às despesas com Inativos e Pensionistas em R\$ 151.996.441,99. No entanto, para fins de evidenciação deste demonstrativo, foi informado no campo das despesas não computadas (Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados) o valor de R\$ 297.357.839,75 limitado este ao total da referida despesa. Item 6, Acórdão T.C.- PE nº 1352/13.

**Nota4.** A Publicação no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em virtude das limitações deste sistema, exigiu a redução da escala monetária no detalhamento mensal, comparado ao relatório publicado no sítio da STN/SICONFI ( <https://siconfi.tesouro.gov.br> ), e apresenta divergência no formato do formulário publicado no SICONFI.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

Presidente

**Carleide Maria Bezerra**

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

**Liosvaldo Xavier Lopes de Souza**

Diretor Financeiro

**Maurilho Cavalcanti Alves**

Chefe da Secretaria de Auditoria Interna

**ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO**  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

## PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2022 a Dezembro/2022

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DIPONIB. DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos De Exercício Anterior (b)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos Do Exercício (c)	OBRIG. FINANC. Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercício Anterior (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERC. DO EXERC. (g)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (h) = (f - g)
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>121.220.656,97</b>	<b>-</b>	<b>5.015.884,60</b>	<b>-</b>	<b>77.035.273,00</b>	<b>39.169.499,37</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>39.169.499,37</b>
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>156.940.240,99</b>	<b>-</b>	<b>7.218.675,52</b>	<b>-</b>	<b>6.055.093,27</b>	<b>143.666.472,20</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>143.666.472,20</b>
Recursos do FERM - PJPE (Nota 1)	121.926.478,64	-	7.171.827,52	-	1.457.213,58	113.297.437,54	-	-	113.297.437,54
Recursos FUNSEG (Nota 2)	29.638.116,94	-	46.848,00	-	-	29.591.268,94	-	-	29.591.268,94
Recursos Provenientes de Alienação de Bens/ Ativos	777.765,72	-	-	-	-	777.765,72	-	-	777.765,72
Outros Recursos Extraorçamentários (Nota 3)	4.597.879,69	-	-	-	4.597.879,69	-	-	-	-
<b>TOTA (III) = (I + II) (Nota 4)</b>	<b>278.160.897,96</b>	<b>-</b>	<b>12.234.560,12</b>	<b>-</b>	<b>83.090.366,27</b>	<b>182.835.971,57</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>182.835.971,57</b>

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade - Recife, 25 de janeiro de 2023.

Nota 1: Recursos do Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário de PE - FERM - PJPE

Nota 2: Recursos do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados – FUNSEG

Nota 3: Outros recursos extraorçamentários compreendem os ingressos pertencentes a terceiros, oriundos de cauções e depósitos relacionadas a licitações e outros ingressos.

Nota 4: Conforme orientação constante no Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF-12º edição), a disponibilidade de caixa bruta é composta pelo somatório dos valores evidenciados em caixa, bancos e aplicações financeiras, não fazendo parte desse grupo os créditos a receber.

Nota 5: O detalhamento da disponibilidade de caixa deste demonstrativo difere do relatório publicado pelo Poder no SICONFI, em razão de alteração na plataforma do SICONFI, que impossibilitou a criação da identificação dos recursos de acordo com os cadastrados no sistema orçamentário e financeiro, limitando assim aquelas definidas pela STN. Entretanto, obrigatoriamente, mantida a igualdade do montante dos recursos vinculados e não vinculados.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

Presidente

**Carleide Maria Bezerra**

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

**Liosvaldo Xavier Lopes de Souza**

Diretor Financeiro

**Maurilho Cavalcanti Alves**

Chefe da Secretaria de Auditoria Interna

**ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2022 a Dezembro/2022

RGF, art. 48 - Anexo 6

R\$1,00

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE</b>
Receita Corrente líquida	36.722.105.248,87
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	36.697.903.274,87

<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
Despesa Total com Pessoal – DTP	1.699.268.764,76	4,63
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.201.874.196,49	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	2.091.780.486,67	5,70
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.981.686.776,84	5,40

<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>
Valor Total	-	182.835.971,57

**FONTE:** Sistema e-Fisco Financeiro – Unidade Responsável – Diretoria de Contabilidade – Recife, 25 de janeiro de 2023.

**Nota 1:** O formulário foi ajustado em relação ao definido no Manual de Demonstrativos Fiscais, em virtude de limitação na ferramenta de publicação do Diário de Justiça Eletrônico. Por consequência, os números se apresentam desalinhados, não prejudicando as informações contidas no demonstrativo.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

Presidente

**Carleide Maria Bezerra**

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

**Liosvaldo Xavier Lopes de Souza**

Diretor Financeiro

**Maurilho Cavalcanti Alves**

Chefe da Secretaria de Auditoria Interna

**ATO Nº 394/2023**

(SEI Nº 00002251-56.2023.8.17.8017)